



Anais da Assembléia

N. 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 94.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56). Achando-se em licença os Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Roberto Requião (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N. 191/85

Curitiba, 11 de outubro de 1985.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o preceito contido no art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que objetiva acrescentar pará-

grafos aos arts. 70 e 157 e alterar a redação do parágrafo único do art. 104, todos da Carta Estadual.

1 - O acréscimo do § 3.^o ao art. 70, justifica-se em razão de tratamento específico dado a matéria pelo art. 65, inciso VIII, combinado com o art. 145, ambos da Lei Complementar Federal n. 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) e do art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar Federal n. 40, de 14 de dezembro de 1981 (Lei de Organização do Ministério Público).

2 - Quanto ao § 2.^o, que se propõe seja acrescido ao art. 157, visa tornar mais clara a interpretação da expressão "tempo de serviço" dos dispositivos antes referidos, das Leis Complementares Federais n. 35/79 e 40/81, no tocante à incidência dos adicionais neles inseridos, como tempo de serviço público efetivamente prestado às carreiras da Magistratura e do Ministério Público, dele excluindo-se aquela do exercício da advocacia, exceto em relação aos nomeados para as vagas reservadas aos advogados nos Tribunais, e, também, com exclusão de tempo prestado a outras entidades de direito público federais e municipais, inclusive, aquelas alheias à Magistratura e Ministério Público, todas incluídas na expressão "nem o de qualquer natureza prestado fora dessas carreiras".

3 - O atual preceito constitucional do parágrafo único do art. 104 versa sobre o detalhamento de alguns requisitos para ingresso em cargos da Magistratura. A sua alteração, na forma proposta, vem ao encontro de reivindicação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. É ela oportuna e necessária, pois tais requisitos, pela sua natureza e por serem suscetíveis de alterações, exceto em relação ao limite de idade, merecem por mais adequado, tratamento através da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e não via normas constitucionais. Pelo fato da União também legislar sobre a matéria (art. 112, parágrafo único e 144, da Carta Magna Federal e Lei Complementar n. 35, de 14/03/1979), não raras são as modificações que a esse respeito se impõem às normas da legislação estadual.

Assim, a pretendida nova redação ao já mencionado parágrafo único do art. 104, da Constituição do Estado virá, em harmonia com o art. 78, § 1.^o da Lei Complementar n. 35/79 ensejar condições a fim de que a Lei da Organização e Divisão Judiciárias do Estado, venha adotar opcionalmente, como condição para ingresso na Magistratura, os dois anos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou a conclusão de Curso

de Preparação, na Escola da Magistratura do Paraná, e que, igualmente, defina outras condições que na moderna metodologia possam bem aferir níveis de capacidade.

Certo de que a proposição submetida a alta apreciação desse Egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI
PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Art. 1º - O art. 70 da Constituição do Estado do Paraná fica acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica aos integrantes da Magistratura e do Ministério Público, ressalvados os adicionais a eles atribuídos em legislação própria".

Art. 2º - O parágrafo único do artigo 104 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Para ingresso na magistratura poder-ao concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e que preencham as demais condições previstas em lei".

Art. 3º - O atual parágrafo único do artigo 157 da Constituição Estadual passa a se constituir § 1º, ficando acrescido ao referido dispositivo o § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º - Na concessão de adicionais por quinquênio de serviço aos integrantes da Magistratura e do Ministério Público, não será levado em conta o tempo de exercício da advocacia, exceto aos nomeados para lugares reservados a advogados nos Tribunais, nem o de qualquer natureza prestado fora dessas carreiras".

Ofício n. 4326/85/DA/CEA/SC

Curitiba, 14 de outubro de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência, sob o n. 191/85, datada de 11 do mês em curso, cujo plano de lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e maior consideração.

(a) NILSO SQUAREZI
Presidente.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Ofício n. 594/85

Curitiba, 15 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Apraz-nos solicitar de Vossa Excelência o "Plenário Waldemar Daros" no próximo dia 29 de novembro deste ano, às 15:00 horas, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Joffily.

Sendo só no momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, os protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) RUBENS BUENO

Emendas:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N. 27/85

O artigo 1º do Projeto de lei n. 27/85 passa a ter a seguinte redação:

ARTIGO - Fica criado o Município de Prado Ferreira, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Mirassol, com as seguintes divisas:

Começa na foz do Córrego Campestre, no Ribeirão do Capim, daí em linha reta e seca até alcançar a cabeceira do Córrego do Belanta ou Bongiovan, pelo qual desce até sua foz no Ribeirão Vermelho, por este acima até a foz do Ribeirão Grande, por este acima até a foz do Córrego Doutor Carlos, por este acima até a sua nascente, daí em linha reta e seca alcança a nascente do Ribeirão do Capim, por este abaixo até a foz do Córrego Campestre, ponto de partida.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) HOMERO OGUIDO

Apoiamto: Márcio Almeida.

Tadeu Lúcio Machado.

Antônio Annibelli.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N. 33/85.

Art. 1º - Fica criado o município de SANTA BÁRBARA, desmembrado dos Municípios de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO e SÃO JERÔNIMO DA SERRA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

- Começa no Rio São Jerônimo na foz do Córrego Sabiá, sobe por este até a divisa dos lotes números 48-56, segue por essa divisa e pela divisa dos lotes 35-47, 38-47, 31-39 e 28-29, todos da Fazenda Santa Bárbara, atingindo o divisor das águas do Rio Congonhas com o Rio São Jerônimo, seguindo pelo referido divisor rumo sudeste até atingir a estrada Marabá-São Jerônimo da Serra no seu cruzamento no Rio do Tigre, seguindo por esta estrada rumo São Jerônimo da Serra até o Rio Santa Bárbara, pelo qual desce até sua foz no Rio São Jerônimo e por este abaixo até a foz

do Córrego Caratua, subindo por este até a divisa entre as Glebas números 5 - 1.^a parte com a Gleba número 3 da Colônia São Jerônimo, seguindo por essa divisa e adiante pela divisa da Gleba número 5 com a Terra dos Índios Pedrinhas, até confrontar a cabeceira da Água do Campolim, desse ponto por uma linha seca e reta até a cabeceira da Água do Campolim, descendo por esta até sua foz no Rio São Jerônimo, por este, acima até a foz do Córrego Sabiá, ponto de partida.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) HOMERO OGUIDO.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência para a tramitação dos Projetos de Resoluções números: 105/85, que dispõe sobre prestação de contas da Comissão Executiva, exercício de 1984; 131/85, que dispõe sobre prestação de contas dos Senhores Deputados; 132/85, que dispõe sobre prestação de contas de verba de Assistência Social (CABENFALE), exercício de 1983; 133/85, que dispõe sobre prestação de contas de Assistência Social (CABENFALE), exercício de 1984.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 214/85, que proíbe o uso de fumo nas dependências das Escolas, Creches e Praças de Esportes do Estado.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar n. 215/85, que dá nova redação ao Artigo 32 da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER a inclusão na pauta do Projeto de Lei n. 211/85, que dispõe sobre suplementação de verbas para o Instituto de Previdência do

Estado - IPE, pois o mesmo se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais, de voto de pesar pelo falecimento do Doutor ALFREDO CHEREN.

O extinto era médico, político de grande prestígio em Santa Catarina onde foi Deputado Estadual e Presidente da Assembleia. Radicado no Paraná há mais de duas décadas, dedicou-se à agropecuária sendo proprietário de fazenda em Paranavaí.

Alfredo Cheren, formou-se em medicina em Curitiba, onde conquistou muitas amizades e o respeito de seus concidadãos.

Aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento de Giovani Strapassom, ocorrido hoje em Quatro Barras, filho do Vereador João Osni Strapassom.

Outrossim, REQUER, ainda, que dê decisão da Mesa, seja dado ciência à família enlutada e à Câmara Municipal de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor AFONSO ATASSI, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lotário Peregrino Wogel, ocorrido no dia 10/10/85.

Requer ainda que seja enviada cópia aos familiares na Rua Salgado Filho, S/N - São Miguel do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 10/10/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O extinto exerceu as funções de Vereador no Município de São Miguel do Iguaçu e sempre foi uma pessoa integrada política e socialmente com os assuntos daquele município.

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e de tradicional família de São Miguel do Iguaçu, em virtude dos relevantes serviços prestados, e pela consagração de sua existência na sociedade e em todos os seus segmentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação, na ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Gênero, ocorrido dia 02 do corrente, na Municipalidade de Campo Mourão.

O infausto desaparecimento do Senhor Domingos Gênero, ocorrido no último dia dois em Campo Mourão, causou triste luto. Poucos, no decorrer de suas vidas, conquistam grandes admirações e respeito. Domingos Gênero tinha um procedimento de vida que se enquadrava dentro de tal privilégio, Era um homem que, no seu lar, no convívio de sua família, era um pai exemplar; com os filhos, deu-lhes uma educação digna, sobretudo orientando a cada um de que só se vive em sociedade verdadeiramente quando se sabe servir ao próximo, sendo útil e possuindo sempre o censo humanístico.

Domingos Gênero nascera em 24 de julho de 1927. Em Campo Mourão residia há 40 anos. Era, portanto, um de seus mais notáveis pioneiros. Com seu espírito de luta e capacidade de realização, aquele Senhor desenvolveu, ao longo dessas quatro décadas, atividades relacionadas à pecuária e à agricultura, além de comércio. Em todas elas sua característica maior, foi, sem dúvida alguma, a honestidade, cuja lisura nos seus negócios deu importantes parcelas que contribuíram para o processo desenvolvimentista de Campo Mourão. agora com seus 38 anos de emancipação político-administrativa.

Acredito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estar cumprindo o doloroso dever de comunicar a esta Casa de Leis, para que fique registrados nos seus Anais, o falecimento do Senhor Domingos Gênero, que deixa viúva a Senhora Elza de Miranda e os seguintes filhos: Domingos César, Neide, Maria Ellizabeth, Maria do Carmo, Elza Ma-

ria, Elmiro e Carlos Pedro, vários netos e parentes; além de um vasto círculo de amizades.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja alterada a programação proposta inicialmente para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Casaldáliga que obedecerá a seguinte programação:

Dia 30 de outubro de 1985.

às 14:30 horas Entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima D. Pedro Casaldáliga, fazendo-se uso do Plenário desta Casa de Leis.

Na seqüência, após os cumprimentos, Palestra sobre "A Igreja e a Reforma Agrária", tendo como palestrista o homenageado.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no que dispõe a Constituição Estadual, após ouvido o Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, para que venha a esta Casa prestar os necessários esclarecimentos sobre medidas anunciadas pelo Governo do Estado para a área econômica, a fim de que o Legislativo paranaense, inteirado, possa julgar da oportunidade e da justiça, ou não, das medidas pretendidas, e quais as suas repercussões sobre a economia estadual e sobre o erário.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Airtton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

O Executivo acaba de divulgar pelos meios de comunicação uma série de medidas que pretende adotar no campo econômico. Entre as medidas anunciadas, duas dependem de aprovação legislativa: o lançamento de títulos mobiliários do Governo do Estado - ORTPR e LTEPR, e o incentivo à Regularização de Créditos Tributários Pendentes por parte das empresas para com o Tesouro Estadual.

As outras duas medidas dadas à público dizem respeito à dilatação de prazo para recolhimento de ICM e a capitalização dos bancos oficiais - BADEP e BRDE.

Segundo se informa pretende-se uma captação de Cr\$ 580 bilhões com o lançamento dos títulos do Governo, aumentando dessa forma o endividamento interno a níveis perigosos, tendo em vista a substancial elevação do endividamento externo, em dólares, promovida pela atual administração. Segundo dados disponíveis a dívida externa do Paraná aumentou de US\$ 334 milhões, no início do atual Governo, para US\$ 670 milhões atualmente, em vista das operações para ingresso de novos recursos e para aquelas destinadas à rolagem da dívida.

Segundo informou o Senhor Secretário das Finanças perante a Comissão de Constituição e Justiça, nesta Casa, era decisão do Executivo promover a captação de US\$ 50 milhões no mercado externo para o aumento de capital do BADEP e do BRDE, para, mediante esse expediente, a regularização da situação de empresas inadimplentes com aqueles dois bancos oficiais, quer dizer, um expediente pelo qual se promoveria o saneamento de empresas em sérias dificuldades econômicas e financeiras mediante injeção de recursos adicionais e posterior transferência do controle acionário.

O Executivo anuncia também a adoção de benefícios fiscais mediante a redução do percentual da correção monetária incidente sobre o ICM em atraso, sem contudo especificar a ordem de grandeza de tal concessão, nem quais as empresas a serem beneficiadas bem como quais os objetivos e qual o montante que o Estado deixará de arrecadar com o benefício concedido às empresas inadimplentes, afigurando-se estranhável que de um lado o Governo procure aumentar suas fontes de receita por meio de mais endividamento e do outro abra mão daquilo que lhe é devido em detrimento da saúde financeira do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de CONGRATULAÇÕES, com inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, pelo transcurso do DIA NACIONAL DO PROFESSOR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Professor PAULO MAIA, M.D. Presidente da Associação dos Professores do Paraná- Rua Voluntários da Pátria n. 475 - S/1.405 - 80.000 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Professor, a Professora, são pessoas que marcam profundamente as suas passagens por nossas vidas. Que nesta data, sejam, os PROFESSORES, aqueles que receberão, uma

flor, uma palavra, um sorriso, ou um simples e comovido MUITO OBRIGADO!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à AMPLA - Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos atingidos por atos institucionais.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido por esta associação, é merecedor de todo nosso apoio, uma vez que se preocupa em defender os direitos do homem e colabora para a manutenção e aperfeiçoamento das instituições democráticas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Curitiba F.C. pela passagem de seu 76.º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Fundado a 12 de outubro de 1909, o Curitiba F.C., vive até hoje colecionando lauréis. De João Viana Seiler (de saudosa memória) a Evangelino Costa Neves, seu atual Presidente, o Clube alvi-verde representa a glória do desporto paranaense, com trabalho dinâmico de todos os dirigentes e associados ao longo dos anos.

Para um clube que comemora 76 anos de fundação, que tem vinte e sete títulos de campeão estadual; três excursões vitoriosas pela Europa e África, sendo a última em 1972, quando voltou com a "Fita Azul", sem perder uma única partida; um título do "Torneio do Povo", onde somente os clubes de grande torcidas participaram em 1973; e por fim, para glória de todos os paranaenses, campeão brasileiro, conquistado na noite de 31 de julho deste ano em pleno Estádio do Maracanã contra o Bangu do Rio de Janeiro, conquista esta que lhe assegura vaga não somente na Copa Brasil 1986, como na Taça Libertadores da América.

Consagrado nacionalmente e cada vez mais valorizado internacionalmente, o Curitiba completa 76 anos de existência sob a presidência do Cidadão Honorário Paranaense EVANGELINO COSTA NEVES, cognominado "Marechal das Vitórias".

12 de outubro, uma data para recordações dos momentos inesquecíveis vividos

pelo grande Clube do Alto da Glória, onde homens desinteressados, despidos de vaidade e movidos apenas pelo amor ao clube, trabalharam sem medir esforços, com sacrifícios e renúncias pessoais.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Presidente Evangelino Costa Neves, para que dê conhecimento a todos os diretores, atletas e associados do Clube.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à Universidade Católica do Paraná pela titulação perpétua de PONTIFÍCIA.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Recebeu a Universidade Católica do Paraná a titulação perpétua de PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (PUC-PR), pelo Decreto n. 112/85/8, de 06 de agosto de 1985, concedido pela Sagrada Congregação para a Educação Católica. O Decreto recebeu expressa autorização do Sumo Pontífice, o Papa JOÃO PAULO II, cujo enquadramento nesta nova ordem institucional além de traduzir-se em novos esforços de aperfeiçoamento e de determinação mais formal, levando em seu bojo a intencionalidade da Universidade e de sua mantenedora a consagrarem-se com mais afinco e rigor acadêmico-cristão, a consecução dos mais altos e legítimos patamares educacionais e espirituais.

A mesma sagrada congregação confirmou o nosso Arcebispo Metropolitano Dom PEDRO FEDAUTO, no cargo de Grão-Chanceler.

Está de parabéns a Direção, Professores e alunos da Universidade Católica do Paraná, está de parabéns o Paraná que terá assegurado o contínuo crescimento intelectual e moral da P.U.C. do Paraná, cujos alunos devem se formar de fato como homens de grande saber, preparados para enfrentarem tarefas de maior responsabilidade na sociedade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao reitor OSVALDO ARNS e ao Arcebispo Dom Pedro Fedalto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Vila Fani Futebol Clube, pela passagem do seu 33.º aniversário, ocorrido no dia 12 do corrente.

Outrossim, REQUER ainda, que dá decisão da Mesa seja dado ciência ao Presidente do Clube supra citado, Senhor NÉLIO KANIÁK.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações a Campo Mourão pelos seus 38 anos de emancipação política e administrativa, que ocorre no dia de hoje, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, José Pochapski; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Itamar Agostinho Tagliari; e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

Pode se dizer que a história do Paraná confunde-se com o início do povoamento, e antes a própria descoberta, onde atualmente localiza-se o Município de Campo Mourão. Naquela região, desde os idos do seu descobrimento por desbravadores vindos de São Paulo, presenciava-se inúmeras potencialidades, destacando-se, entretanto, a madeira (face a vasta vegetação) e o alto teor fértil do solo.

Mas foi em 1930 que ocorreu efetivamente o povoamento da região, cuja época foi decisiva, visto que muitos homens com suas famílias chegaram para fazer história, como Antônio Luiz Pereira, José Luiz Pereira, Bento Gonçalves Proença e Cesário Manoel dos Santos. Com suas presenças, desenvolveram-se a extração da madeira (sendo considerado o primeiro ciclo econômico de Campo Mourão) para posteriormente cultivarem a terra.

Muitos são os aspectos que marcaram a história do Município de Campo Mourão. Entretanto, foi em 1947 a data que é a melhor lembrança. No dia 10 de outubro daquele ano, face ao seu acelerado crescimento, Campo Mourão finalmente via realizar um sonho dos seus fundadores: ocorria definitivamente sua emancipação, sendo o primeiro Prefeito o Excelentíssimo Senhor Pedro Viriato de Souza.

O progresso de uma região ou uma cidade só se dá através do trabalho incansável e não esmorecedor de sua gente. E isto Campo Mourão tem como maior característica. Principalmente nos dias de hoje, que estão sendo considerados uma das melhores fases de seu desenvolvimento, que comprova-se pelo número cada vez mais crescente dos índices de produtividades e produção no setor agrícola e pecuário ou ainda pelo

aumento do número de residências ou casas comerciais no perímetro urbano.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de requerer o justo e merecido registro nos Anais deste Poder aos 38 anos de Campo Mourão, que mais e mais vem dando, de modo decisivo, sua contribuição para o tão sonhado crescimento do nosso País como Nação independente, forte e soberano.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no art. 134, § 1.º, inciso VI, do Regimento Interno, o Deputado infra assinado, REQUER que, após ouvido o egrégio plenário, conste da ata da sessão de hoje, um voto de congratulações para o INSTITUTO CRISTÃO, situado no Município de Castro, o qual está completando 70 anos de atividades.

Desde 1915, época em que foi fundado, o INSTITUTO CRISTÃO vem se dedicando ao ensino rural.

Sua fundação deve-se ao missionário americano Harry Midkiff, o qual iniciou uma pequena escola agrícola com crianças oriundas de pequenos e pobres agricultores.

Com o passar dos tempos, alongando-se os objetivos e, tendo a escola crescido de maneira astronômica, foi necessário aumentar o número de pessoas para sua administração. Assim sendo, até 1937 tomou posse a Missão Presbiteriana, quando então passou para o Sínodo Meridional do I.P.B., constituído a "Associação do Instituto Cristão", administrada pela família Rickli, de Ponta Grossa. Em 1964, através de um comando com duração para 50 anos, tomaram posse as Igrejas Evangélicas reformadas, tendo como sócia majoritária a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Atualmente o INSTITUTO CRISTÃO oferece dois cursos profissionalizantes de 2.º Grau: Técnico em Agropecuária e Técnico em Economia Doméstica.

Contém ainda dois internatos (feminino e masculino) e dois edifícios com 17 salas de aula, com capacidade para 242 alunos.

Além do ensino profissionalizante, o colégio conforme o nome já indica, tem como tradição a orientação religiosa, com bases cristãs ensinadas na Bíblia Sagrada, visando incutir no jovem o interesse pela vida cristã autêntica, com seu aprimoramento espiritual.

Em sua fazenda é incentivado a criação de gados, suínos e aves, além do cultivo de diversos alimentos, tais como: feijão, arroz, milho, batata, cebolas, alhos e verduras, cuja produção é aproveitada para os próprios alunos.

Também no setor de saúde, a escola visando melhor rendimento escolar e social, mantém controle médico extensivo a todos os seus alunos.

O objetivo do INSTITUTO CRISTÃO tem sido preparar e conscientizar jovens, levando orientação profissional e social, contribuindo para o progresso da população rural, com a finalidade de criar condições de vida humana mais digna, combatendo a má nutrição, a fome e o desemprego que perdura nos meios da população carente, abrindo novos horizontes, na certeza de que os ditames cristãos, morais e técnicos apreendidos, não serão em vão, mas de grande valia para um Brasil melhor.

É inegável que o INSTITUTO CRISTÃO, após 70 anos de trabalho cuidadoso e eficaz, merece, não só toda nossa consideração, mas também nosso caloroso aplauso, em justa e sincera homenagem.

REQUEIRO que a cópia deste expediente, seja encaminhado ao interessado.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais; REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, de votos de congratulações, dirigidos ao CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, pelo transcurso do seu Septuagésimo Terceiro aniversário, em 08 de outubro de 1985.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Coronel ANTONIO AMAURI DITRICH, Mui Digno Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná - Rua Nunes Machado n. 100 - 80.000 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais; REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado voto de louvor ao Senhor Deputado Carlos Correa de Menezes San'Anna, MD. Ministro da Saúde, parabenizando-o pela institucionalização das "Normas e Atribuições para Execução do Programa de Suplementação Alimentar - PSA".

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Entre sérios problemas que o País enfrenta, dos mais diversos, sem dúvida nenhuma é a fome o problema mais grave e revoltante, que vem torturando milhares de

brasileiros das camadas menos favorecidas da população. Ao planejar o "PSA", que prevê distribuição, a todas as gestantes, nutrízes e crianças menores de 36 meses pertencentes às famílias com renda até 2 salários-mínimos, de uma cesta de alimentos básicos, o Ministério da Saúde e a própria Nova República vem atender uma das mais antigas reivindicações do nosso povo.

Esse programa de suplementação alimentar resolverá parte dos problemas sociais do Brasil, na medida em que for bem aplicado e, esperamos, na maior brevidade de tempo possível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, de votos de congratulações dirigidos à INDÚSTRIA TODESCHINI S/A., pelo transcurso dos 100 anos de atividades, em 11 de outubro de 1985.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor DR. PAULO HILÁRIO BONAMETTI, Mui Digno Diretor Presidente da Indústria Todeschini S/A. - BR 116, n. 18.299 - Bairro Pinheirinho - 80.0000 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

GIUSEPPE TODESCHINI, não está presente para as comemorações alusivas aos 100 anos de uma atividade que em 1885, deu início.

Hoje, 100 anos depois, GIUSEPPE TODESCHINI, onde estiver, pode sentir-se em PAZ pelo grande legado que deixou. A INDÚSTRIA TODESCHINI S/A., vem contribuindo decisivamente no plano sócio-econômico, do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, um voto de louvor, pela sua grande manifestação de espírito público no atender aos reclamos da Sociedade Paranaense, ao nomear Delegados, Agentes Carcerários e Agentes de Segurança, aprovados em concurso público e com curso específico na Escola de Polícia.

Sala das Sessões e, 15/10/85.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de regozijo, atribuído ao Professorado paranaense, pela data que assinala a 15^o de mês em curso o "Dia do Professor", bem como seja manifestado seus cumprimentos aos Senhores, Professor PAULO MAIA, Presidente da Associação dos Professores do Paraná e Professor KAMAL TEBCHERANI, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela efetiva representatividade desses líderes em nome da laboriosa classe de Professores, cujas realizações só tem feito por dignificá-la e defendê-la em seus mais altos interesses.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência àquelas presidências, nos respectivos endereços: Rua Vol. da Pátria, 415 - Ed. Asa, 14.^o andar, nesta Capital, e Pça. Santos Andrade, s/n - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais: REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de aplausos aos organizadores da I Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Palmeira.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

PALMEIRA realizou com absoluto êxito a I Exposição Feira Agropecuária e Industrial, entre os dias 3 e 6 último no Parque de Exposições da Colônia de Witmarsum, sendo que a abertura das festividades, feita oficialmente pelo Excelentíssimo Senhor MUSSOLINE MANSANI, Prefeito Municipal, com a presença de outros Prefeitos, Vereadores e demais autoridades.

Foi sem sombra de dúvida, uma bonita exposição com animais de excelente qualidade, e, com nota máxima à organização geral da exposição.

O número elevado de animais e expositores agradaram plenamente aos "experts" e ao público em geral que compareceu ao Parque de Exposições da Colônia Witmarsum.

A Exposição não se resumiu na feira de animais, onde algumas dezenas de empresas comerciais e industriais de Palmeira e Porto Amazonas expuseram seus produtos, atestando o desenvolvimento da região também nesse setor.

A I Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Palmeira serviu também de cenário para a apresentação de produtos Ar-

tesanais em grande quantidade e de belíssima qualidade produzidos na região.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à Diretora organizadora da Exposição composta de:

Senhor Leonardo Mansani

Prefeito Municipal de Palmeira

Senhor Leonardo Gomes da Costa

Prefeito de Porto Amazonas

Senhor Renato Rigoni

Presidente da Comissão

Organizadora - Palmeira

Senhor Manoel Henrique Pereira

Vice-Presidente da Comissão

Organizadora - Palmeira

Senhor Wille Koppe

Membro da Comissão Organizadora - Palmeira

Senhor Júlio Garmatter

Membro da Comissão Organizadora - Palmeira

bem como aos Excelentíssimos Senhores Vereadores de Palmeira e Porto Amazonas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações à Indústria Todeschini S/A., pelo transcurso de cem anos de atividades.

Sala das Sessões, em 15/10/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A empresa Todeschini, genuinamente paranaense, completou no último dia 11, cem anos de existência. É um grande complexo industrial que orgulha todo o povo paranaense, produzindo massas alimentícias, balas, biscoitos e copinhos para sorvete. Com fórmulas próprias vem mantendo e satisfazendo os consumidores ao longo de cem anos, conservando inalterável a qualidade de seus produtos.

A Todeschini é uma das maiores indústrias do gênero no Brasil, instalada numa área de 62 mil metros quadrados no Bairro do Pinheirinho, mantendo a administração, nas instalações tradicionais no Bairro Batel, hoje com capital de oito bilhões de cruzeiros, produzindo 1.500 toneladas de massa; 1.000 toneladas de biscoitos; 200 toneladas de balas e 12 milhões de unidades de copinhos por mês.

Com o arrojo e pioneirismo de GIUSEPE TODESCHINI, iniciava em 11 de outubro de 1885, a primeira fábrica de macarrão do Estado do Paraná, o mesmo objetivo absorveu todos os seus filhos e a empresa em 100 anos de existência sempre esteve sob o comando da família, atualmente administrada por membros da terceira e quarta geração.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência a Diretoria da empre-

sa, para que, receba e transmita a todos os familiares, diretores, operários e colaboradores, o orgulho e a satisfação de todo o povo paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações ao Deputado LEO DE ALMEIDA NEVES pela feliz e oportuna apresentação de Projeto de Lei que isenta da contribuição previdenciária aposentados e pensionistas.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O projeto apresentado pelo Deputado LEO DE ALMEIDA NEVES, pretende revogar o artigo segundo do Decreto-Lei n. 1910/81, baixado pelo Governo autoritário para cobrir o rombo na Previdência causado pelas más administrações e pelas gigantescas fraudes que ainda estarcem a opinião pública do País. Aquele Decreto-Lei além de obrigar aposentados e pensionistas contribuir para a Previdência, como forma de tapar o sol com a peneira, é perverso e inconstitucional.

Doze milhões de aposentados e pensionistas de todo o País, sendo que mais da metade recebe menos que meio salário mínimo de proventos não dando condições de sobrevivência. Urge inclusive, necessidade de reajuste pela defasagem gritante dos benefícios aos inativos. São homens de uma geração que ajudaram a construir o País de hoje e vivem numa situação de miséria.

Requer outrossim, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Sr. Deputado LEO DE ALMEIDA NEVES, ao Sr. Ministro da Previdência Social, a todos os líderes no Congresso Nacional e aos Presidentes do Senado e Câmara dos Deputados para que dêm apoio e agilizem a tramitação e aprovação do referido projeto de lei.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Deni Lineu Schwartz, digníssimo Secretário de Estado dos transportes, e Julião Pimentel Neiva Lima, Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Turismo-PARANATUR, sugerindo-lhes sejam tomadas providências para a pavimentação asfáltica do Kartódromo de Vila Velha e do acesso à Lagoa Dourada.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A região dos Campos Gerais, oferece várias opções turísticas, principalmente no trecho Sprea-Ponta Grossa, onde está situado o Parque de Vila Velha.

Tratando-se de atração internacional, aquela área vem merecendo especial atenção do atual Governo.

Assim sendo, estão em andamento as obras de duplicação das pistas de rolamento da Rodovia do Café naquele trecho.

Considerando que, ao lado das dezenas de esculturas esculpidas pela natureza, em milênios, as três crateras de Furnas e a Lagoa Dourada completam o panorama da exótica cidade de Pedras.

O passeio a Vila Velha não estará completo para quem não completar a beleza incomum da Lagoa Dourada, assim conhecida, dado aos reflexos avermelhados à luz do sol, em razão de ter o seu fundo revestido de mica e malacacheta.

É justo, portanto, que se proporcione ao turista, maior facilidade de locomoção.

Quanto ao Kartódromo, é sabido que as competições ali levadas a efeito carregam grande público, sendo fator importante para a divulgação de Vila Velha.

Por outro lado, as obras estão sendo realizadas pela Secretaria dos Transportes nas proximidades, tornam viáveis os melhoramentos ora sugeridos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que libere verba para a construção de uma sala onde funcionará um laboratório, na Escola Estadual Professor João Faria da Costa, localizada na Municipalidade de Nova Cantu.

Objetivando ampliar as condições de ensino, garantindo melhor nível educacional, o conjunto dos professores, através da Ilustríssima Senhora Diretora daquela tradicional escola, Florinda Catarina Fontana, pretende construir uma nova sala, anexo as atuais instalações, cujas dependências deverão abrigar um laboratório.

Mas para tanto, faz-se necessário a liberação de recursos para tal finalidade. Deste modo, que essa Secretaria estude quais são as possibilidades de determinar a concretização deste pedido.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no intuito da liberação de recursos orçamentários complementares destinados ao término das obras do posto de saúde na localidade de Silviolândia, pertencente a Municipalidade de Peabiru.

A iniciativa é do Excelentíssimo Senhor Nelson Proença. Na qualidade de Prefeito Municipal peabiruense, o mesmo tem sentido as dificuldades com relação a conclusão das obras do posto de saúde em Silviolândia.

Neste sentido, a fim de evitar inclusive o comprometimento do cronograma de tais obras (o que causaria transtornos junto à população que aguarda ansiosa a inauguração do citado posto), espera-se, por parte dessa Secretaria, o atendimento, face a exposição de motivos, do que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que seja dado apoio ao Grupo Teatral "Águas Claras", sediado na Municipalidade de Goio-Erê.

Recentemente, quando acontecia a reunião da Câmara Municipal de Goio-Erê, dentre diversos encaminhamentos que foram dados, destaca-se o apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Antônio Bernardino Sena Neto. O nobre Vereador, conforme consta em sua justificativa, manifestou a necessidade de que deve existir, em termos de interesse, por parte dos organismos públicos, com relação a todas as formas de manifestações culturais, notadamente ao do teatro de um modo geral.

Para tanto, de acordo com aquela iniciativa, pretende-se que essa Secretaria de Estado determine o apoio que se fizer necessário (como recursos financeiros, recursos materiais e divulgação) para o Grupo Teatral "Águas Claras".

O Grupo "Águas Claras" é constituído por jovens idealistas que lutam com imensa dificuldades de toda a sorte, inclusive financeira. Entretanto, imbuído de um grande ideal, o de difundir a cultura através da arte, levando alegria e emoção à centenas de pessoas". As colocações aci-

ma citadas são do referido Vereador, que sintetizam o grau de importância daquele Grupo na cultura de Goio-Êrê e região.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se um pronunciamento favorável dessa Pasta com relação a este assunto, que, se atendido, trará muitos benefícios, a começar pelo próprio incentivo que se espera, a um número cada vez mais crescente de jovens.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior no sentido da liberação de tubos a serem utilizados no combate à erosão na Municipalidade de Boa Esperança.

Uma das principais preocupações, em termos administrativos, tem sido o combate à erosão, tanto a urbana como a rural, por parte da Prefeitura de Boa Esperança.

Neste sentido, muito já tem sido, ao longo dos últimos anos, feito neste setor. Entretanto, existe a real necessidade de novos investimentos para dar continuidade a uma série de programas emplementados, conforme salienta o Excelentíssimo Senhor Celso Buscariol.

Para que a programação, quanto ao combate à erosão, não sofre paralizações e, ao contrário, seja ainda ampliada, torna-se imprescindível a destinação, por parte dessa Secretaria de Estado do Interior, de tubos para a referida finalidade.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja solicitado ao Senhor Governador do Estado que determine à Secretaria de Estado dos Transportes, imediatas providências para a construção de uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando Guarapuava ao Pinhão, no distrito de Cândóia.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) DONATO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

A balsa que fazia a ligação entre Guarapuava e Pinhão, no distrito de Cândóia, já se encontra desativada há três anos. A rota alternativa aumenta em 120 quilômetros a distância a ser percorrida. Além desse prejuízo, há outros, como: o encarecimento e as dificuldades para o escoamento da produção agrícola e pecuária que

transitava pela balsa; transtornos para a população que normalmente usava esta rota; dificuldades para o acesso às águas termais de Santa Clara no distrito de Cândóia com conseqüentes prejuízos para o setor de turismo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Jorge de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando a instalação de uma Escola de Magistrado na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Londrina, a segunda cidade do Estado, possui todas as características e preenche todos os requisitos para comportar, tão importante estabelecimento de ensino, que, se instalado, virá dar maior dinamismo ao Poder Judiciário local.

Outrossim, tal solicitação já foi feita pela Câmara Municipal de Londrina, pois trata-se de uma antiga e justa aspiração da comunidade londrinense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Doutores NELTON MIGUEL FRIEDRICH e, FRANCISCO ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE NETO, Digníssimos Secretários de Estado do Interior e, da Agricultura, respectivamente, solicitando divulgação e implantação do projeto "BEBEDOURO".

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

"Comprovado está que também o boi provoca erosão. Praticamente todas as áreas rurais destinadas à exploração da pecuária, situar-se em terrenos posicionados em declive em relação aos mananciais. Observa-se então que o gado, em se dirigindo para córrego, com a finalidade de beber água, o faz em fila indiana, repisando seguidamente o mesmo trajeto, matando nele a vegetação. Conseqüentemente, as águas pluviais encontram, adrede preparado, um escoadouro natural em direção aos rios e riachos. Daí resulta, dependendo da maior ou menor densidade de chuvas, o nascimento de voçorocas e o assoreamento dos mananciais. Por outro lado, em se dirigindo aos córregos ou rios para saciar a sede, o gado corre o risco de envenenar-se com os

agro-tóxicos lançados nas lavouras a montante, além de perder grande quantidade de energia dispendido na caminhada, diminuindo sua resistência.

A ingestão de areia por sucção nos pontos assoreados, provoca nos animais vários tipos de ingestões pois a mucosa ruminal sofre grandes alterações levando-os à caquexias e à morte. A disseminação de muitas doenças viróticas, bacterianas e verminóticas se faz pelas águas dos rios. É notável a incidência e o aumento de doenças e nas águas contaminadas, verifica-se o anquilamento da vida. Os peixes estão desaparecendo. No gado, o bócio endógeno causado pela deficiência de iodo em virtude de uma forçada dieta hídrica provoca grandes perdas de neo-natos, animais que já nascem portanto "papo". O tratamento é caro e deve ser imediato para se evitar a morte".

Isto é o que alerta o projeto "BEBEDOURO" elaborado pelo nordestino Senhor PARREIRAS RODRIGUES e que contou com o apoio técnico do médico-veterinário Doutor SÉRGIO ADAMI, de Santa Isabel do Ivaí.

Os autores desta proposta sugerem, como soluções para o equacionamento destes problemas, a construção de bebedouros em pontos centrais e estratégicos nas propriedades à pecuária com seus abastecimentos através de poços pelo processamento de bombeamento de água pelos sistemas de cordas ou correntes ou mesmo com a instalação de cata-ventos". Sugerem ainda, a construção de cercas de arame, na faixa próxima aos rios e o plantio de matas ciliares. Como resultados, adviriam os seguintes benefícios: eliminação substancial da erosão rural; não contaminação e não disseminação de doenças (brucelose, febre aftosa, tuberculose bovina, etc); diminuição ou mesmo anulamento de mortes obscuras devidas à ingestão de areia; recuperação da fauna aquática e da flora; diminuição da incidência de nascidos portadores de bócio "papo"; melhor conversão alimentar pelo fácil acesso aos bebedouros, com maior consumo de água por unidade animal; garantia de peso e qualidade da carne e do leite, resultando produtividade com direta influência na saúde pública (melhor qualidade de vida).

Esclarecem os autores deste trabalho que ao apresentá-lo para discussão durante a mesa redonda sobre erosão realizada sob os auspícios desta Assembléia Legislativa em fins do ano passado, foram notificados da existência de trabalho idêntico na Secretaria da Agricultura, motivo pelo qual, formulamos o presente requerimento, encarecendo ampla divulgação e destinação de meios para a sua execução por parte dos pecuaristas paranaenses. Entendemos também

que esta proposta deve ser estendida às regiões onde se explora a suinocultura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor NELSON RIBEIRO, Mui Digno Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ SARNEY, Mui Digno Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHÁ, Mui Digno Governador do Estado do Paraná, no qual é solicitado solução ao pedido de reassentamento aos participantes do Projeto Poti, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de reestruturação do Projeto Poti e o reassentamento da maior parte das famílias em outro local desapropriado pelo Governo, deve-se a impossibilidade de sobrevivência das 412 famílias que ali estão alocadas. Segundo estudos técnicos realizados pela ACARPA local e regional, juntamente com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, município paranaense, a viabilidade econômica para cada família dependerá da redução de seu número por área.

A área do Projeto Poti, de 3.822 hectares, possui quase 1/3 desta área, ou seja, 1.071 hectares que não tem aptidão agrícola. Ainda do total, cerca de 793 hectares tem, dentro das condições de recursos naturais de solo e de água, aptidão intermediária inferior, isto é, estão no limite inferior da aptidão agrícola.

Há mais de três anos os agricultores egressos das terras mais férteis do Estado, a área hoje ocupada pela hidrelétrica de ITAIPU, pela formação de um grande lago, tentam sobreviver na área do Projeto Poti. A posição dos técnicos dos diversos órgãos especializados do Estado é que naquela área temos uma gleba com condições de receber 111 famílias, que poderiam obter rendimento, capitalizar-se como produtor. Da maneira que está, não há como o pequeno produtor se viabilizar economicamente. As propriedades variam de 5.9 hectare a 12 hectares, e não há como uma família venha a produzir alimentos, principalmente com este tipo de solo, na maior parte arenito.

Para que haja capitalização, dizem os técnicos, as famílias que lá deverão permanecer deverão estar em torno de 111, no máximo.

Outro agravante do problema é a dívida imensa de grande parte dos assentados com

o Banco do Brasil, que soma em torno de 700 milhões de cruzeiros. Das 412 famílias iniciais, temos hoje 398 produtores. Destes, 330 possuíam financiamento, dos quais 30% estavam com a dívida sob controle e 70% não conseguiram resgatá-la. Vários já estão com a terra sendo leiloada pelo Banco do Brasil. Se o Banco do Brasil leiloar a terra, estará fazendo isso com propriedade da União, pois o INCRS é o detentor do terreno, não titulou ainda.

Para agravar a situação, há falta de alimentos, remédios, assistência médica, água potável - a água que existe está contaminada, e os abrigos condizentes com a condição humana não existem.

O Presidente da ACARPA no Paraná, Dr. Geraldo Luiz de Souza, que desde o início do assentamento acompanha o processo, testemunha que "todas as famílias são assistidas tecnicamente, mas não conseguem produzir para se capitalizarem. A terra é fraca, a propriedade é pequena. Não houve nenhuma produção, nestes três anos. O problema, mesmo, é a fome".

A questão, agora, é corrigir uma das maiores injustiça já feitas neste País. Despejaram 412 famílias, de uma das regiões mais férteis do Estado, em torno de Itaipu, para o Projeto Poti, na ânsia de solucionar um problema de geração de energia elétrica, que demanda para outros Estados. E hoje lá estão eles, com dívidas, crianças doentes, casas mal construídas e principalmente sem produção.

Não adianta pensarmos em saúde, infraestrutura ou financiamentos para equipamentos em terras, que não têm a devida correspondência ao retorno econômico, para que as pessoas possam se manter e se desenvolver. Tecnicamente não há como fazer do solo do Projeto Poti produtivo para as 412 famílias ali assentadas. Há que se fazer, urgentemente, uma redivisão para o reassentamento e viabilizar estudos para a aquisição de outra área para as famílias excedentes.

Este projeto foi fruto de uma metodologia desenvolvida e praticada pela antiga direção regional do INCRA, e se repetiu em outros projetos paranaenses, como Serrano, Cotiara e Passo Fundo. Adiantaram para o nosso governo, que não pode se alienar da solução, uma vez que a Reforma Agrária já é realidade em nosso País.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, Secretário de Estado da Administração, solicitando a extensão dos serviços do IPETUR para Lon-

drina.

Entendemos que essa medida é de grande alcance social e deverá implementar muito o turismo no Paraná. Esses benefícios são estendidos a todos os funcionários públicos estaduais beneficiários do IPE.

Aproveitamos também para cumprimentar o Secretário de Cultura do Esporte, Fernando Ghignone, o Diretor Superintendente do IPE, Max Rosemann e o Presidente da Paranatur, Julião Pimentel Neiva de Lima, pela iniciativa. Ao mesmo tempo, cumprimos o Superintendente do IPE em Londrina, Hamilton Nassif, pelo trabalho que vem realizando à frente daquele órgão, em benefício da população do Norte do Paraná. Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Senhor Ministro dos Transportes, doutor Affonso Camargo, pedindo a construção de um viaduto na confluência da BR-277 com a Pr-488.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Torna-se inadiável a construção dessa obra, em razão de que o trecho vem apresentando um crescente número de acidentes de trânsito, muitos com vítimas fatais. Essa situação tende a se agravar, levando-se em conta o término da construção da PR-585, que liga Vera Cruz do Oeste a Toledo e que ensejará o fluxo de tráfego oriundo da região Noroeste do Estado e mais o Sul do Mato Grosso, demandando a Foz do Iguaçu e Paraguai. Também a construção da BR-163, Capanema-Medianeira, determinará um significativo acréscimo do tráfego na BR-277, o que por certo será fator de maior insegurança naquele local.

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei n. 258/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, a partir do mês de novembro, um abono de 75% (setenta e cinco por cento), sobre os vencimentos dos abonos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e

Procuradores do Tribunal de Contas e sobre o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Os altos índices inflacionários com a conseqüente elevação do custo a níveis insuportáveis corrói rapidamente os salários, a ponto de tornar quase impossível até mesmo a simples sobrevivência. A partir de julho, mês do último reajuste, até novembro, os vencimentos terão sofrido uma perda real de 45%. Acresce-se a essa perda os 30% de defasagem verificada entre os reajustes concedidos anteriormente e a evolução do INPC no mesmo período.

Segundo levantamento procedidos, com base em dados do próprio Governo e os obtidos junto ao IPARDES, de fevereiro de 1983 a esta Casa, enquanto os reajuste médio do funcionalismo se situa em torno de 1.300%, o custo da alimentação em Curitiba teve um aumento de 2.837%; o do vestuário, de 2.680%; o da gasolina, de 1.540%, a ORTN teve uma variação de 1.789%, e as taxas e serviços públicos apresentaram índices de aumentos elevados, como o IPTU, de 2.200%; a assinatura de telefone, de 1.650% e a da energia elétrica de 1.550%.

Por esses dados é evidente a corrosão salarial e a falta de recursos com que atender ao abono proposto não pode constituir argumento, já que neste ano a arrecadação do ICM terá um incremento de 3.000% sobre a verificada em 1982.

Nada mais do que justiça está praticando o Governo ao conceder esse abono de 75% a partir do mês de novembro, como forma de atenuar a crítica situação de mais de cem mil funcionários dos quadros do Estado.

Projeto de Lei n. 259/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado o Município de Lidianópolis, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas e confrontações:

"Começa na Barra do Ribeirão da Barra Preta, no Rio Ivaí, descendo por este abaixo, até a Barra do Ribeirão Guaritá, seguindo por este acima, pela cabeceira até a estrada que liga ao Município de Ivaiporã, subindo por esta estrada até encontrar a cabeceira do

Ribeirão da Barra Preta e por este abaixo até a Barra do Rio Ivaí, ponto de partida".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Lidianópolis está situada no Vale do Ivaí, região que vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais marcantes nestes últimos anos, razão pela qual sua laboriosa população venha a aspirar a elevação de Lidianópolis à categoria de Município.

Região de intensa produção agrícola, com amplas possibilidades de encetar programas de natureza agro-industrial, dotada de população dinâmica com capacidade de decidir sobre seus destinos.

A emancipação política de áreas como a Lidianópolis constitui ato que por certo irá acelerar seu desenvolvimento em todos os setores de atividades.

Projetos de Lei n. 260/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - O funcionário que tiver exercido cargo de chefia com função gratificada levará, na inatividade, as vantagens decorrentes da transformação de simbologia, desde que as atribuições sejam idênticas, mesmo que o cargo tenha outra designação.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Apoiamto: AIRTON CORDEIRO, ERONDY SILVÉRIO e JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

A alteração da nomenclatura e simbologia passou a retribuir pecuniariamente, sob a simbologia do D.A.S., cargos que outrora eram aquinhoados com função gratificadas.

A própria Lei 6.174 (Estatuto dos Funcionários Públicos) através do art. 140, item III, não faz distinção entre a função gratificada e o cargo em comissão para o efeito de aposentadoria.

Art. 140, III - Se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses.

As desigualdades com relação ao inativo tem sido preocupação do legislador. A Lei Complementar 21/84, alterou o Art. 143, do Estatuto, estabelecendo que "os proventos de inatividade serão revistos sempre que houver alteração de vencimentos, vantagens, bem como modificações na estrutura dos cargos efetivos do pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições".

A Assembléia Legislativa, através da mesa anterior, reconheceu a transformação de simbologia, concedendo a vários funcionários inativos a revisão da aposentadoria, autorizando-lhes a integração em seus proventos da parte correspondente ao Cargo de Coordenador respectivo símbolo.

Todavia, a atual Mesa, não está acatando os pareceres favoráveis nesse sentido, emitidos pelo setor competente da Casa, desrespeitando o princípio de insonomia e inaugurando um tratamento desigual.

E esse procedimento de dois pesos, duas medidas, irá se perpetuar na eventualidade de ser aprovado o Projeto de Lei 79/85, sem a emenda que ora apresentamos, pois aos inativos que granjearem simpatia será concedido o benefício do D.A.S., através da contratação para cargo em comissão, os quais, consoante o estabelecido no art. 1º do sobredito projeto, após o desligamento, terão revistos seus proventos com base no vencimentos do cargo de maior símbolo.

E, a injustiça com os antigos funcionários que tinham sobre sua responsabilidade as mesmas funções, determinará, por certo, o ingresso em juízo para pleitear seus direitos, resultando em maiores gastos para o Estado.

Ademais, há copiosa jurisprudência reconhecendo a transformação de simbologia e o conseqüente benefício, através de acordos inclusive no Tribunal de Contas, que determinou o registro de aposentadoria com a sobredita transformação. (Acórdão 2996/79 TC).

Conclui-se, portanto, que as atribuições são idênticas e a boa técnica administrativa entendeu tratá-las com maior importância na classificação de cargos, não vemos como deixar de contemplar, com o mesmo benefício, os ocupantes das mesmas funções que anteriormente recebiam a gratificação de função e que agora se vêem preteridos, haja vista a defasagem entre o valor da moeda e os valores atribuídos, respectivamente, para o exercício das mesmas funções.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Donato Gulin.

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra ao jovem representante de Guarapuava, Senhor Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sennor Presidente, Senhores Deputados.

Muito se tem falado em reforma Agrária. Muitos funcionários de repartições públicas estão viajando pelo interior do Paraná e do Brasil conversando com agricultores, com os chamados "sem terras", procurando explicar a essas pessoas o que será a Reforma Agrária.

Nós até concordamos com isso. Somos até favoráveis à Reforma Agrária. Mas somos favoráveis que ela seja feita, seja realizada de uma maneira organizada, com decência.

Não vamos agora mentir para o agricultor e jogar o agricultor contra os governos. Em Laranjeiras do Sul, rico município da região Centro-Oeste do Paraná, município em que seus habitantes são homens que se dedicam ao trabalho, principalmente ao trabalho na terra, gente que portanto merece de nós, representantes do povo, a defesa, merece que nós levantemos a nossa voz para defender os habitantes daquela localidade.

Nós tivemos em Laranjeiras do Sul duas desapropriações: Uma, quando foi constituída a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, onde aproximadamente 400 famílias foram desapropriadas. E a outra desapropriação que foi feita pela FUNAI, onde aproximadamente 287 famílias foram desapropriadas e até hoje estão sem terras.

Afinal de contas, são filhos de Laranjeiras do Sul, são gente que lá em Laranjeiras do Sul nasceram criadas, aprendendo com seus avós e com seus pais a trabalhar a terra.

E hoje nós vemos a fazenda Chabu, em Laranjeiras do Sul, desapropriada pelo Governo Federal. Nós concordamos, repito, com essa desapropriação.

O que nós estamos solicitando sim, é que não sejam levados para essa fazenda Chabu, e Laranjeiras do Sul, os sem terras de outras regiões do Paraná, ou até mesmo de outros estados do Brasil.

Nós estamos pleiteando sim, que nessa fazenda Chabu sejam alocados os sem terras de Laranjeiras do Sul, os nossos irmãos lá do nosso município que foram desapropriados, que estão sem terras, que estão passando fome. E não achamos justo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Governo traga lá de Pato Branco, de Coronel Vivida, de Mangueirinha ou de outros Estados da Nação esses chamados sem terras para alojá-los no Município de Laranjeiras do Sul, onde nós temos os nossos próprios sem terras.

É essa a solicitação que nós estamos

fazendo, e já enviamos ofício a muitas autoridades tanto do Estado do Paraná como do Brasil, e vamos citar algumas dessas autoridades: Governador José Richa - Doutor Romão Miranda Vidal, Coordenador do INCRA - Doutor Fernando Santos, Delegado Regional do IBDF - Doutor João Bonifácio Cabral, Presidente do ITC - Osvaldo Euclides Aranha, Delegado Federal da Agricultura no Paraná e da Delegacia Regional do Ministério da Agricultura - Paulo Carneiro Ribeiro, Presidente da Federação da Agricultura - Antenor Benay, Presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná FETAEP - Doutor Nelson Figueiredo Ribeiro, Ministro Extraordinário para os Assuntos Fundiários.

(Tímanos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Agradeço, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A GAZETA DO POVO em sua edição de 06 de outubro, sob o título A RURALIZAÇÃO E A INFORMÁTICA, faz considerações importantes e oportunas a propósito do aspecto da Economia Paranaense frente ao desenvolvimento da Informática.

Esse editorial constitui-se em um alerta ao nosso Estado, entendido, pela sua pujante atividade primária, como "O Celeiro da Nação".

Aponta exemplos de outras Economias, como a européia e a dos Estados Unidos onde a tecnologia agrícola expulsa o Homem, do campo, e acarreta uma série de outros problemas que, no caso, o paranaense ou o brasileiro ganham ainda maior intensidade.

A regressão da Economia, a nível de ruralização, isto é, abaixo do padrão de vida, conforme demonstra o índice de renda "per capita", caracteriza-se, acima de tudo, pelos salários, uma vez que, no meio rural são mais baixos que os existentes na área industrial; recentemente inclusive, chamávamos a atenção para a necessidade de o empresariado industrial participar igualmente, do estabelecimento de uma política agrícola adequada e também, para a efetivação de investimentos que levem a irreversibilidade, no Paraná, como o grande produtor de soja, e lembrávamos que essa cultura, nos últimos anos, orientou os

investimentos públicos e privados no Estado, edificando uma infraestrutura de produção, armazenagem, transporte, comercialização e exportação, sem precedentes na História do nosso Estado!

Agora, o citado artigo da GAZETA DO POVO alude para o fato de que, mesmo apresentando, o Paraná, uma Economia equalizada, isto é, nos três setores de atividades produtivas, o Extrativo Agrícola, o de Transformação Industrial, o de Comercialização e Serviço, é necessário, desde logo, avançarmos no sentido da atividade moderna e paternária, a da Informática.

Insiste pois, para que as elites dirigentes busquem, desde já, preparar o Paraná para os três próximos lustros, quando alcançaremos o Ano 2000!

Admitindo que o nosso Estado desenvolve, no momento, expressivo programa de assentamento dos Sem-Terras, não deixa de considerar as perspectivas de avanços futuros para a nossa sociedade, que, a recente Feira de Informática de São Paulo nos convidou à reflexão, diz o jornal.

A proposta da GAZETA DO POVO, portanto, é no sentido da criação do Polo de Informática do Paraná, tomando cuidado com o entusiasmo do chamado "Celeiro da Nação", o que, a nível de salário, enseja grande remuneração.

Para isso, acrescentamos nós, é necessário que atendamos também simultaneamente, a melhoria do sistema de Ensino e que ofereçamos uma maior densidade cultural ao povo paranaense, já que, na sociedade da tecnologia sofisticada, na sociedade da Informática, as distâncias sociais poderão se acentuar ainda mais entre os homens que sabem, e criam, e aqueles que apenas aceitam, e consomem.

Portanto, neste dia 15 de outubro em que se comemora a passagem do Dia do Professor e em que vivemos momentos que antecedem a Constituinte de 1987, é preciso lembrar do papel significativo que têm os Educadores, no processo de libertação da sociedade brasileira, é necessário que sejam revistos os sistemas de Ensino, a fim de que tenhamos uma educação que contemple dois aspectos que encaro, da maior importância, um, é, voltado para a diminuição da miséria que grassa neste País, o outro - não menos importante - fundado no mérito, na formação das elites culturais democráticas, e somente elas terão condições de assumirem o papel que o povo brasileiro tanto espera, promovendo as mudanças que se fazem agora, indispensáveis!

Fica aqui pois, o nosso registro e os nossos aplausos!

A todos os Professores do Paraná, as nossas homenagens!

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao orador inscrito, senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este 15 de outubro bem que poderia ser marcado pelos professores, como uma data realmente especial. A data, por exemplo, das grandes comemorações. Afinal de contas o Magistério do Paraná alimentou muitas esperanças e sedimentou essas esperanças há partir da eleição do Senhor José Richa.

Esta Casa testemunhou, em 1982, todos os movimentos reivindicatórios do Magistério do Paraná: assembleias, concentrações públicas, movimentos que tinham a finalidade de levar o governo anterior a uma posição de irrecusável atendimento às reivindicações do Magistério. Todos nós acompanhamos naquele ano de 82 em plena campanha eleitoral, as promessas generosas do então candidato ao governo, José Richa. Que afirmou a todos quantos pudessem ouvir, que tudo seria feito para o atendimento aos professores do Paraná.

Hoje, o Magistério paranaense ameaça o Governo deste Estado, com a paralisação do sistema público educacional do Paraná, através de uma assembleia a ser feita no próximo dia 19, sábado vindouro, no Município de Maringá.

Trago o testemunho do Magistério Paranaense, me socorro da edição do dia 5 deste mês do jornal "Folha de Londrina", nesta edição a que está inserida a "Folha do Professor" - publicação n. 26 - diz:

"O Magistério Paranaense.

São 934 dias de Governo Richa, somente o concurso de 1.^a à 4.^a série será efetivado, com apenas cinco mil vagas, as demais reivindicações continuam em compasso de espera. O movimento - Educação e Justiça - MEJ-4 -, já foi desencadeado, todos à Assembleia Geral de Maringá no próximo dia 19. Os professores do Paraná esperam ainda o piso de três salários mínimos, esperam os regimes diferenciados de trabalho por hora-atividade, esperam o pagamento pela maior habilitação, esperam os concursos de dois em dois anos conforme estabelece o Estatuto do Magistério - que é uma Lei Estadual. Os professores do Paraná esperam o respeito e a cordialidade do Governo, pois, por inúmeras vezes, a Secretária de Educação se recusou, inclusive, a ouvir no seu gabinete de trabalho os professores paranaenses".

Estamos aqui sim, Senhores Deputados, cobrando do Governador o cumprimento de suas promessas. Estamos aqui sim, para dizer que os professores do Paraná não têm nenhuma outra razão nesse 15 de outubro, se não o feriado em si que lhes é consagrado, porque este Governo em nada os con-

templou apesar da farta demagogia de um passado recentíssimo. E nós não queremos que, novamente, os professores paranaenses sejam iludidos, sejam levados ao engodo por novas promessas deste Governo. O que todos nós precisamos, independentemente de posicionamento político-partidários, é restabelecer a seriedade na administração pública, é não fazer promessas, mas assumir efetivamente compromissos que possam ser resgatados e não simplesmente palavras que possam recheiar e massagear o ego das pessoas porque palavras que significam só promessas jamais serão cumpridas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos assistindo estarecidos o horário reservado à justiça Eleitoral; o desespero está tomando conta dos falsos líderes até então no cenário político paranaense.

As últimas pesquisas desequilibraram aqueles que já conquistaram cargos públicos no Paraná e que não convenceram a opinião pública e o eleitorado paranaense, durante o tempo que foram Governador do Estado e Deputado Federal, o mais votado proporcionalmente na história política do Paraná.

E esse falso líder vai à emissora de rádio e televisão atirar pedras ao nosso Governador e ao PMDB, numa prova inconteste da sua incapacidade para enfrentar um pleito democrático, o primeiro pleito democrático depois da Revolução de 1964. O candidato do PDS, em coligação que não me lembro com qual partido, jamais disputou uma eleição num clima de democracia, e hoje quando a democracia impera neste País, através da Nova República, ele vai ao rádio e à televisão, em horário democrático reservado pelo Tribunal Regional Eleitoral, para desancar improperios ao nosso Governador do Estado.

É lamentável, Senhor Presidente. É lamentável, Senhores Deputados. Mas o PMDB sabe que está com o povo. Richa tem consciência de que está com o povo porque bastou três visitas aos terminais rodoviários desta Capital, para que invertesse num verdadeiro passe de mágica o resultado da preferência popular.

Hoje já podemos dizer em voz alta e em bom som, que o futuro Prefeito de Curitiba é filiado ao PMDB; que futuro Prefeito de Curitiba chama-se Roberto Requião. E podemos dizer que em 15 de novembro serão en-

terrados definitivamente os falsos líderes, aqueles que jamais disputaram eleições democráticas; aqueles que jamais souberam viver sob o clima da democracia. E temos certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a partir de janeiro de 1986, Roberto Requião estará na Prefeitura para continuar a obra de Maurício Fruet, obra que não é de enfeitar o centro e de procurar aquinhoar uma minoria com benefícios; obra sim que é voltada para o povo, o povo da periferia, o povo que não tinha direito e voz, e que até então não tinha direito a voto, mas que em 15 de novembro irá exercer o direito sacrossanto, democrático de eleger o candidato do povo, o candidato da democracia, o candidato do Partido de Tancredo Neves, o candidato da Nova República, Roberto Requião, à Prefeitura de Curitiba.

Será um basta aos representantes da ditadura. Será um enterro definitivo daqueles que não souberam lutar por um verdadeiro estado democrático neste País. Será o início de um novo tempo para Curitiba e para o Paraná. O Paraná de Richa, o Paraná de Canet, o Paraná de Requião, o Paraná de Alencar Furtado, o Paraná da democracia, o Paraná do PMDB, o Paraná da Nova República.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito.

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

A Mesa registra, com satisfação, a presença no Plenário desta Casa, do Senador Enéas Faria, Primeiro Secretário do Senado Federal.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. (Lê):

"O passado dia 18 de setembro, foi marcado em todo o País, desde as maiores metrópoles até às mais humildes localidades, por intensas discussões sobre os novos rumos a serem imprimidos ao setor educacional.

Embora tenha se tratado da primeira discussão pública sobre o tema nos últimos vinte anos, a convocação do Ministério da Educação teve a mais positiva repercussão, tendo a comunidade em geral participado dos debates, bem demonstrando a necessidade de que a Educação volte a ocupar nesta Nova República o espaço que lhe pertence de direito e de fato.

E o melhor exemplo do que estamos afirmando são os relatórios que chegaram

ao nosso gabinete nesta Casa, provenientes dos municípios da microrregião de Campo Mourão, de Sertãoópolis, que aqui representam, retratando os debates travados em cada um deles; com a participação das Prefeituras, através dos seus Departamentos de Educação, das Inspetorias Estaduais de Educação, dos integrantes das escolas (alunos, professores e funcionários), vereadores, mobil e da comunidade em geral, foram realizadas palestras sobre "A Emenda Calmon", "A Escola que Queremos", "O Transporte Escolar", "O Aprendizado Básico" e outros temas, tendo, ao final todos os participantes apresentado críticas e propostas sobre o assunto.

É evidente que após tantos anos de descaso com o setor educacional, não é com apenas um dia de debate que estaremos solucionando os seus gravíssimos problemas; mas um primeiro passo está sendo dado no sentido da conscientização de toda a comunidade para a existência dos mesmos.

Além disso, a discussão não se esgotou: debates sobre educação devem existir todos os dias. É justamente por isso que estamos hoje, nesta tribuna.

Comemoramos nesta data o Dia do Professor, o dia daquele que, dentro da conjuntura educacional, nos últimos 21 anos, driblou os absurdos parâmetros impostos pelo autoritarismo, prosseguindo na verdadeira função de Mestre empenhado em transmitir o seu saber. É claro que houve os que subverteram essa honrosa missão aos seus interesses pessoais ou a outros interesses, como a própria sobrevivência; o regime sempre foi extremamente insensível aos que lhe faziam frente.

Os professores que pretenderam discutir politicamente os rumos da educação em 1964, foram duramente reprimidos pela Ditadura Militar. Exemplo disto foi a demissão em massa dos professores da Universidade de Brasília, o marco inicial dos tenebrosos anos que o setor teria pela frente.

O Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, veio somar à parafernália repressiva, a punição e afastamento de qualquer professor que incitasse ou colaborasse para a paralização de aulas; que organizasse passeatas ou comícios ou deles participasse.

Tudo isto veio contribuir para que o ensino ministrado nas escolas fosse exatamente o que convinha ao Governo, e não o que interessava ao estudante. Como já afirmou o Ministro MARCO MACIEL o professor tornou-se "um mero depositário do saber contemplativo". O ensino crítico voltado aos interesses do Progresso do País, foi definitivamente banido, salvo raras e honrosas exceções, influyendo diretamente na queda da qualidade do ensino.

O próprio Mobral, criado em 1970 com a finalidade de erradicar o analfabetismo adulto no País, errou em suas expectativas, tendo o número de analfabetos aumentado de 15,6 milhões em 1976, para 16,9 em 1981.

Comparativamente, as taxas de alfabetização brasileira igualam-se às da República Dominicana, sendo superado de longe por países próximos como a Argentina e o Uruguai, para não falar aqui em países desenvolvidos como Estados Unidos e União Soviética. Acontece que o Mobral foi usado durante o Governo autoritário para fins outros que não a alfabetização; poderoso instrumento político, chegou a ser usado até como controlador social. Noutros aspectos, como ações de saúde, pré-escolar e desenvolvimento comunitário, o órgão chegou a favorecer melhores condições nas comunidades mais carentes.

Porém a falta de recursos e a falta de qualidade do seu ensino levou o Mobral, e de um modo geral, todo o sistema educacional brasileiro, à atual situação de descrédito. Na verdade isto veio a ocorrer, em grande parte pela "marginalização do professor nas decisões, o que lhe comprometeu a própria ação de educador", como foi mencionado no documento do Conselho Estadual de Educação, em suas conclusões sobre o Movimento Nacional de 18 de setembro.

No Paraná, nestes dois anos e meio de Governo democrático, os professores obtiveram consuistas que representavam bandeiras antigas da classe, bem evidenciando o prestígio que o Governador José Richa está prestando aos docentes. Foram, durante este período satisfeitas as exigências dos professores no que tange ao pagamento do 13.º salário e reajustes semestrais; chamamento dos professores concursados em 1979; ajustamento dos salários dos professores do ensino superior; representação da classe junto ao Conselho Estadual de Educação; eleição direta para Diretores Escolares; direito ao avanço diagonal por tempo de serviço para professores regionalistas e sem habilitação: realização do concurso de 1.ª a 4.ª séries, com 5.000 vagas. Além destas, muitas outras reivindicações têm sido atendidas pelo atual Governo Estadual.

Por outro lado, a Secretaria de Estado da Educação está aguardando uma definição do Governo do Estado com relação a futura realização de um concurso para professores de 5.ª a 8.ª séries, bem como uma definição no que diz respeito à estabilidade para os professores prejudicados ou injustiçados por ocasião da execução da Lei n. 7.208/79.

Sabemos que a professora Gilda Poli está atenta a situação dos docentes que

atuam na zona rural e nas periferias dos grandes centros urbanos, bem como a necessidade de uma melhor remuneração, e tempo remunerado de estudo, para os docentes que desejam estabelecer atividades complementares à docência. Quanto mais o professor estiver informado da realidade educacional brasileira e do seu compromisso perante a comunidade, melhor saberá transmitir o conhecimento do que rodeia.

O novo compromisso do professor neste tempo de mudanças, será transformar o perfil da educação brasileira, colocando o esforço individual ao serviço da superação das deficiências do ensino. A sociedade brasileira e os governantes saberão corresponder à altura deste sacrifício".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

A Mesa concede a palavra ao PMDB. Consulta a Bancada do PMDB, se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. PAULO FURIATTI - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Representação do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Dentre as muitas categorias profissionais injustiçadas neste País, não há dúvida de que a dos professores é a líder de todas. Exige-se muito deles e recompensa-se muito pouco.

Para cumprir rigorosamente os seus deveres, os professores enfrentam as maiores dificuldades. Pode-se afirmar que a vida dos professores é uma luta constante pela própria subsistência, aliada à luta contra a prepotência dos poderosos e a indiferença de governantes que ignoram serem as leis da educação as primeiras que recebemos, e que a educação se aplica para enobrecer os sentimentos. Governantes que esquecem a realidade dos dias que correm, nos quais não mais se lida com a educação e aprendizado de uns poucos privilegiados, mas com uma ampla variedade de pessoas com uma multiplicidade de capacidade e objetivos, reclamando uma estrutura educacional de massa e não mais de elite. Governantes distanciados da necessidade de ver a educação após a escola obrigatória como um processo contínuo que leva à vida adulta. Governantes indiferentes a questões angustiantes que afligem o professorado, como ocorre hoje no Paraná, com o Governo José Richa, procrastinando a solução de, pelo menos, 25 questões suscitadas pelo magis-

tério paranaense.

De um modo geral, tanto a política educacional como a relacionada com o exercício do magistério no Governo do PMDB são decepcionantes. Até parece que o Governo Richa, ante a proximidade de grande assembleia dos professores em Maringá, está na iminência de declarar-lhe guerra, pois esse governo indica considerar o educador, o professor, como seu grande inimigo. Não é outro o comportamento da atual Secretário de Educação, que se mostra indiferente ao ensino de terceiro grau e insensível às reivindicações dos professores. Quando respondia pela direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, nomeada pelo ex-Governador Ney Braga, Dona Gilda Poli Rocha Loures mencionava, com frequência: "Aqui será a futura Universidade de Cornélio Procopio. Vamos lutar para que ela seja implantada e toda a região beneficiada". Depois que assumiu a Pasta da Educação, Dona Gilda descartou essa idéia e passou a dizer que é impossível a criação de uma universidade estadual, mostrando-se contrária à expansão do ensino universitário estadual. Dona Gilda deveria inspirar-se no exemplo norte-americano, onde a federação não possui, como propriamente sua, nenhuma universidade, mas os Estados são senhores de universidades modelares com o ensino funcionando com admirável rigor. Nós, paranaenses, podemos nos envaidecer das três universidades estaduais de que dispomos, em Londrina, Maringá e Ponta Grossa, criadas durante o Governo de Paulo Pimentel, e que têm feito do ensino e da pesquisa a contribuição efetiva para o encaminhamento e resolução de importantes problemas das comunidades a que servem. Apesar da existência dessas três universidades, o Paraná qualifica um número de profissionais menor do que poderia, pelos cursos que deixa à disposição do nosso povo. A localização dessas universidades correspondeu à necessidade efetiva: uma no centro e duas na região norte. Todavia, o grande progresso registrado nas regiões Sudoeste e Oeste do Estado, está a exigir a criação das universidades locais, o mesmo acontecendo com o litoral, que oferece as condições ideais para a criação de uma universidade voltada para o estudo do mar. Temos uma população de oito milhões de habitantes, e por isso, devemos ter alunado de terceiro de grau superior a 100 mil, quando na realidade só nos aproximamos da casa dos 85 mil.

Ao estudar sistemas universitários, o professor Frank Thistlethwaite, vice-reitor da nova Universidade de East Anglia, na Grã-Bretanha, em recente visita ao Brasil, destacou que as sociedades contempo-

râneas, sejam elas desenvolvidas ou em desenvolvimento, industrializadas ou em processo de industrialização, ou ainda rurais, estão sendo dirigidas cada vez mais por tecnologias em rápido desenvolvimento aplicadas aos meios de produção, troca, comunicação e hábitos sociais. O acesso ao conhecimento, nem tanto o que provém da sabedoria e aprendizado herdados, mas conhecimento novo explorado de maneira a dar forma ao ambiente humano, é fundamental para esse propósito. Ele se torna cada vez mais faustiano; para o bem ou para o mal, as universidades, que já foram os repositórios da cultura e da tradição recebida, encontram-se mergulhadas neste dinâmico processo de mudança. Esse processo está ocorrendo desde que a matemática expandiu a física e as ciências aplicadas. Foi somente nos nossos dias que sua natureza qualitativa e revolucionária tornou-se evidente.

Ao descrever as novas tendências do ensino superior, Thistlethwaite diz que as universidades não foram simplesmente mergulhadas num novo processo, mas sim apropriadas como seu instrumento central. Hoje dependemos de quadros cada vez maiores de pessoal treinado e habilitado, educado para a rápida mudança e processo de crescimento. A educação superior está agora no centro da dinâmica social, não mais buscada como um fim em si mesma, enclausurada em torre de marfim, mas no próprio âmago do processo político.

Isto significa que as funções do ensino superior passaram a se dirigir de maneira direta para a sociedade, e as instituições de ensino superior passaram a ser almejadas como instrumento de poder.

Assim é que a greve nas universidades, até há poucos anos privilégio dos estudantes, passou a ser amplamente utilizada por docentes e funcionários. Acresça-se a isso, a ideologização das universidades brasileiras que está descambiando para a luta pelo poder, criando um ambiente em que o ensino e a pesquisa são seriamente afetados, quando não relegados a plano secundário.

Daí, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, a necessidade urgente de uma reformulação da vida universitária, devolvendo-lhe a idéia da universidade voltada para a comunidade do município, da região, do Estado ou do País, com os professores, estudantes e funcionários empenhados no ensino, na pesquisa e nas prestações de serviços à comunidade, correspondendo todos aos seus compromissos com o saber e com a verdade.

Ao defender a criação de mais três universidades estaduais no Paraná, desejo dizer a Vossas Excelências que considero necessário proceder a sua recordação da

totalidade do ensino nacional, de forma a tornar realidade o preceito constitucional que garante escolaridade mínima de oito anos para todos e, ao mesmo tempo assegurar a escolaridade completa de 2º grau e a superior, com a universidade pública e gratuita. Novas universidades novos cursos superiores para incrementar o intercâmbio com organismos regionais, elaborando projetos de desenvolvimento regional, com o trabalho de seus profissionais e estudantes. Universidades para influir no itinerário do desenvolvimento dos Municípios, do Estado e do País, centros de reflexão social, onde serão lançadas propostas e projetos à sociedade. Universidades de cursos superiores a forjar cidadãos livres, conscientes de seus direitos, deveres e responsabilidades, mas também formadoras de profissionais liberais, técnicos ou cientistas. Universidades abertas a todos e não feudos para os filhos dos doutores. Universidades modernas, que abominem os reitores autoritários oriundos das listas sêxtuplas urdidas nos gabinetes dos cochavos e das ante-salas governamentais ou ministeriais. Universidades voltadas para a solução dos problemas pertinentes à época. Universidades que apliquem bem os recursos a elas alocados pelas sociedades que as custeiam. Universidades livres de empreguismo e de ganhos eleicoeiros. Universidades que suprimam o abismo que sepulta as esperanças das populações interioranas de terem o mesmo direito das grandes cidades quanto à educação plena e completa de seus filhos. Universidades abertas às camadas profundas do povo, a fim de que os valores, aí adormecidos durante através de longa duração da injustiça social, encontrem seus caminhos de expansão.

Infelizmente, não é assim que pensa e age o Governo José Richa. A tudo isso ele permanece insensível, entregue ao sono profundo do indiferentismo às principais questões paranaenses. De um governo marcha-lenta não se poderia esperar outra coisa. Governo de promessas e nada de realizações.

O professorado que se precavenha, porque Richa já está terminando o seu mandato e quanto ao Magistério não cumpriu a lei Complementar Paraconstitucional n.º 7, o Estatuto do Magistério e muito menos as promessas. Os professores já podem escrever no quadro das suas esperanças que o Governo do PMDB foi um governo de mentiras e de mentirosos".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra à Liderança do PFL. (Declina). Concedo a palavra à Liderança do PDT. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está en-

cerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício n.º 594/85 datado do dia 07 do corrente mês, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o Plenário Waldemar Daros no próximo dia 29 de novembro às 15:00 horas, para entrega de título de cidadão honorário do Paraná ao Senhor José Joffily. Submeta-se à decisão do Plenário.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inclusão na pauta do Projeto de Lei n.º 211/85, que dispõe sobre suplementação de verbas para o Instituto de Previdência do Estado- IPE, pois o mesmo se encontra em regime de urgência. Inclua-se na Pauta da Ordem do Dia, com base na letra "B", do art. 62 e letra "C", do art. 106, ambas do Regimento Interno.

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 27/85, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, subscrita por demais Senhores Deputados, constante do expediente. À C.C.J., para ser incluída no Projeto de Lei n.º 27/85.

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 33/85, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. À C.C.J., para ser incluída ao Projeto de Lei n.º 33/85.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Airton Cordeiro, Jorge Maia Filho e Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi, Anibal Khury e Nelson Buffara, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da Sessão Plenária do dia 24 do

corrente mês, para a utilização do Plenário, onde será realizado o II Simpósio Paranaense sobre Política de Saúde. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 91/85, que regulamenta a requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual, e dá outras providências. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação

de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa deferir e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

17 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.